

## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

4ª Sessão Ordinária de 2022

**(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 22/03/2022, págs. 1/18)**

Dia: 29/03/2022

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3  
Brasília-DF

### PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação da Ata da 3ª Sessão Ordinária de 2022 (15/03/2022).

### PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

#### Pedido de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

2) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001384/2010-68 (Embargos de Declaração)

Embargante: Ministério Público do Trabalho

Embargado: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

Objeto: Visa apurar o cumprimento, pelo Ministério Público do Trabalho, do disposto na Resolução CNMP nº 06/2006, com as alterações da Resolução CNMP nº 34/2009, com edição de ato normativo interno no qual conste as atribuições de todos os cargos comissionados.

Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

### PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

#### Processos com Pedidos de Vista

#### Pedido de Vista na 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 (12/05/2020)

1) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00700/2019-01

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Irregularidades. Criação de diversos cargos em comissão. Prejuízo aos aprovados em concurso público para provimento de cargos de Técnico e Analista Ministerial.

Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: Piauí

Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 6ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 – Continuação (16/06/2020)

- 2) Proposição nº 1.00448/2018-14  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta no âmbito do Ministério Público brasileiro, no exercício do poder disciplinar.  
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedido de Vista na 7ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 – Continuação (30/06/2020)

- 3) Pedido de Providências nº 1.00800/2019-39  
Requerente: Conselho Regional de Serviço Social da 3ª Região  
Advogada: Sabrine Tams Gasperin – OAB/CE nº 42.863  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Alegação de atuação irregular de Membro da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapajé na área de Infância e Juventude. Alegação de ofensa referente à atuação profissional de assistente social. Suposta violação à Recomendação CNMP nº 33/2016.  
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Ceará  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 5ª Sessão Ordinária de 2021 (13/04/2021)

- 4) Pedido de Providências nº 1.00448/2020-75  
Requerente: Misael Silva Nogueira  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.  
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Amapá  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 9ª Sessão Ordinária de 2021 (08/06/2021)

- 5) Proposição nº 1.00415/2021-60  
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público brasileiro, e dá outras providências.  
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Pedido de Vista na 1ª Sessão Extraordinária do Plenário Virtual de 2021 (14/07/2021)

- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)  
Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n.º 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Rio Grande do Norte  
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2021 (10/08/2021)

- 7) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00645/2020-85  
Requerente: Vanessa Fernandes Queiroga Pita  
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas  
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Concurso público para provimento de cargos. Analista do Ministério Público, área de Comunicação Social. Manutenção de servidores em cargos comissionados. Prejuízos à nomeação dos candidatos aprovados.  
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Alagoas  
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

- 8) Reclamação Disciplinar nº 1.00582/2021-57 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Leonardo Maia Nascimento  
Advogados: Guilherme Moacir Favetti – OAB/DF nº 48734; Rafael Thomaz Favetti – OAB/DF nº 15435  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará  
Interessados: Ministério Público do Estado do Pará; Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Pará.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto  
Origem: Pará  
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Cons. Daniel Carnio Costa
- 9) Reclamação Disciplinar nº 1.00768/2021-60 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Sigiloso  
Advogados: Alberto Zacharias Toron – OAB/SP nº 65371; Fernando da Nobrega Cunha – OAB/SP nº 183378  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Pará.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto  
Origem: Pará  
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Cons. Daniel Carnio Costa
- 10) Reclamação Disciplinar nº 1.01326/2021-50  
Requerente: José Antonio dos Santos Medeiros  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto  
Origem: Mato Grosso  
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Pedidos de Vista na 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

- 11) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01378/2021-90  
Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Orientação nº 12, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão. Retroatividade da lei sancionatória mais benéfica aos acusados. Prescrição intercorrente. Prazo máximo de conclusão de inquérito civil público para apuração de atos de improbidade administrativa. Alegação de violação à autonomia dos órgãos oficiais. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Cons. Engels Augusto Muniz
- 12) Conflito de Atribuições nº 1.00051/2022-72  
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Protocolo MP n.º 02.2021.00071161-0. Ação Penal n.º 0002735-19.2018.8.24.0038. Execução de pena de multa oriunda de sentença condenatória proferida pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville/SC.  
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Santa Catarina  
Vista: Cons. Daniel Carnio Costa
- 13) Conflito de Atribuições nº 1.00053/2022-80  
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Protocolo MP n.º 02.2021.00071144-3. Ação Penal n.º 0002735-19.2018.8.24.0038. Execução de pena de multa oriunda de sentença condenatória proferida pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville/SC.  
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Santa Catarina  
Vista: Cons. Daniel Carnio Costa

Pedidos de Vista na 3ª Sessão Ordinária de 2022 (15/03/2022)

- 14) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27  
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.  
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Presidência
- 15) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03  
Requerentes: Anna Maria Amarante Branco; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda  
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama  
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica n.º 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.  
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Presidência
- 16) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00383/2019-89 (Embargos de Declaração)  
Embargantes: Fernanda Alitta Moreira da Costa; Roberto Portela Mildner  
Advogados: Fábio Medina Osório – OAB/RS n.º 64975; Eduardo Silva Toledo – OAB/DF n.º 44.181  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul. Prática de assédio moral contra servidores, estagiários e funcionários terceirizados. Procuradoria do Trabalho do Município de Santo Ângelo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00773/2018-96. Portaria CNMP-CN nº 46/2019.  
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Engels Augusto Muniz

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 17) Proposição nº 1.00328/2018-90  
Requerente: Orlando Rochadel Moreira  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.  
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal

- 18) Proposição nº 1.00509/2018-25  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.  
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Distrito Federal
- 19) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00520/2018-21 (Recurso Interno)  
Recorrente: Germano Cardoso Sociedade Individual de Advocacia  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Representação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. Alegação de que a contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação é ilegal e lesiva ao patrimônio público. Descumprimento da Recomendação CNMP nº 36/2016. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Maranhão
- 20) Proposição nº 1.00891/2018-03  
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva  
Interessado: Associação Brasileira dos Advogados Previdenciários  
Advogado: Donne Pisco – OAB/DF nº 22.812  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Não intervenção do Ministério Público em contratos particulares firmados entre advogados e seus constituintes. Ausência de interesse de incapazes, interesse público ou social.  
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Distrito Federal
- 21) Proposição nº 1.01141/2018-59  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução CNMP nº 14/2006. Acréscimo do parágrafo 5º ao artigo 16. Proibição de realização de entrevista pessoal reservada nos concursos de ingresso na carreira do Ministério Público brasileiro.  
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Distrito Federal
- 22) Proposição nº 1.00461/2019-18  
Requerente: Lauro Machado Nogueira  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamento de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do Ministério Público.  
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal

- 23) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00158/2020-03 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Jaime Romaquelli  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Controle do Ato nº 256/2019-PGJ. Suspensão da nomeação de Promotores para atuação na esfera judicial, através do GAECO. Proibição de atuação de membros do GAECO na fase Judicial desacompanhados do Promotor Natural. Determinação para criação de Promotorias Criminais com atribuições ao crime organizado, para atuação perante o Órgão Judicial. Pedido Liminar.  
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Mato Grosso
- 24) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00751/2020-40  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Interessado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Abuso do direito de petição. Promoção de representação disciplinar temerária em face de membro da Advocacia Geral da União. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00310/2020-67. Portaria CNMP-CN nº 48/2020.  
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal
- 25) Reclamação Disciplinar nº 1.00876/2020-43 (Recurso Interno)  
Recorrente: Luis Carlos Barreto de Oliveira Alcoforado  
Recorridos: Membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.  
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal

#### Processos Remanescentes

#### Incluído na Pauta da 2ª Sessão Ordinária de 2019 (26/02/2019)

- 26) Proposição n.º 1.01083/2018-09  
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do artigo 12, da Resolução n.º 92. Regimento Interno.  
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal



Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária de 2019 (26/11/2019)

27) Proposição nº 1.01065/2017-37

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 17ª Sessão Ordinária de 2020 (10/11/2020)

28) Proposição nº 1.00404/2020-72

Requerente: Sandra Krieger Gonçalves

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disciplina o uso da expressão “Ministério Público” e sua abreviatura como componente da denominação pública ou coletiva por entidades privadas.

Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

29) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00216/2020-53

Requerente: Maria Elda Fernandes Melo

Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Suspensão do pagamento da diferença entre o subsídio do cargo de Procurador de Justiça e do cargo de Promotor de Justiça que estejam exercendo cargos em comissão ou função de confiança na Administração Superior. Anulação da Portaria nº 98/2019/PGJ. Cumprimento da Resolução CNMP nº 09/2016. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 10ª Sessão Ordinária de 2021 (22/06/2021)

30) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00313/2018-77

Requerente: Associação Paraibana da Advocacia Municipalista

Advogado: Marco Aurelio de Medeiros Villar – OAB/PB n.º 12.902

Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba

Interessados: Associação Nacional dos Procuradores Municipais; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Paraíba; Federação de Associações de Municípios da Paraíba; Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional da Paraíba

Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF n.º 12.500; Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF n.º 20.522; Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF n.º 16.275; Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF n.º 19.979; Carlisson Djanylo da Fonseca – OAB/PB n.º 12.828

Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Controle. Recomendações para rescisões de contratos de prestação de serviços jurídicos firmados entre sociedades de advogados e Prefeituras. Desrespeito à Recomendação CNMP nº 36/2016. Determinação para não instauração de inquéritos e/ou Ações Cíveis Públicas por haver contratos firmados entre advogados e Municípios.

Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Paraíba

Incluído na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2021 (18/10/2021 e 19/10/2021)

31) Proposição nº 1.01226/2021-14

Requerente: Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de emenda regimental. Alteração do §6º, do art. 7º, e faz acréscimos ao art. 59, do RICNMP.

Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 1ª Sessão Extraordinária de 2022 (27/01/2022)

32) Conflito de Atribuições nº 1.00494/2021-73

Requerente: Procuradoria da República – Bahia

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Interessados: Adalvo Nunes Dourado Júnior; Leandro Bastos Nunes

Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.012440/2020-14. Representação contra o Centro Universitário UNIRB por exigir que os professores da Instituição ministrem aulas remotas a partir do laboratório de informática e do estúdio de gravação da faculdade sem fornecer os materiais necessários para proteção e em descumprimento à determinação das autoridades públicas pelo fechamento das instituições de ensino durante o período de combate ao COVID-19.

Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Bahia

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

33) Proposição nº 1.00540/2018-10

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Inclusão do § 5º ao art. 1º da Resolução CNMP nº 179/2017. Necessidade de aquiescência da pessoa jurídica interessada na hipótese específica de termo de ajustamento de conduta relativo a ato de improbidade administrativa.

Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Distrito Federal

34) Pedido de Providências nº 1.00518/2019-06

Requerente: Nilo & Almeida Advogados Associados

Advogado: Edvaldo Nilo de Almeida – OAB/DF nº 29502

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Contrato administrativo firmado entre Município de Barbacena e escritório advocatício. Propositura de ação visando à indenização advinda dos royalties de petróleo e gás natural. Recomendação expedida por representante ministerial. Rescisão de contrato. Alegação de ausência de contraditório, ampla defesa e outras irregularidades. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Minas Gerais

35) Proposição nº 1.00952/2020-75

Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Inclusão do §8º ao art. 23, da Resolução CNMP nº 156/2016. Política de Segurança Institucional. Lapsos temporais.

Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Distrito Federal

- 36) Proposição nº 1.00271/2021-42  
Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Dispõe sobre regras gerais regulamentares para concursos de ingresso na carreira do Ministério Público Brasileiro, consolidando as Resoluções nº 14/2006; nº 24/2007; nº 40/2009; nº 57/2010; nº 118/2014; nº 141/2016; nº 170/2017; nº 188/2018; nº 203/2019; nº 206/2019 e a Resolução nº 219/2020; o Enunciado nº 11/2016; e as Súmulas nº 4 e nº 5, de 2018; nº 6 e nº 7, de 2018, e nº 10 de 2018, e incluindo dispositivos com teor extraído das Recomendações nº 12/2009, nº 25/2014 e nº 40/2016 e sugerido na Proposta de Resolução nº 1.01141/2018-59.  
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Distrito Federal
- 37) Reclamação Disciplinar nº 1.00579/2021-98 (Recurso Interno)  
Recorrente: José Ulisses Montes Gama  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.  
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Maranhão
- 38) Conflito de Atribuições nº 1.00681/2021-39  
Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.001361/2020-70. Apuração de possíveis atos de improbidade administrativa na administração dos recursos federais destinados à Secretaria Estadual de Educação para o Programa de Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica – PNAE.  
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Mato Grosso
- 39) Consulta nº 1.01152/2021-06  
Recorrente: Luciano Franca da Silveira Junior  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Possibilidade de inscrição do membro do Ministério Público em algum conselho profissional que não seja a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Exercício profissional concomitante e privado, desde que haja compatibilidade de horário.  
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal

- 40) Pedido de Providências nº 1.01349/2021-00 (Recurso Interno)  
Recorrente: José Edmar Arantes Ribeiro  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Notícia de Fato nº 0596.21.000044-1. Apuração de supostas irregularidades cometidas no Presídio de Santa Rita do Sapucaí. Arquivamento. Alegação de descumprimento da Resolução CNMP nº 174/2017.  
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Minas Gerais
- 41) Conflito de Atribuições nº 1.01468/2021-80  
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.28.000.001537/2021-93. Inquérito Civil nº 04.23.2243.0000182/2018-37. Efetividade ao Ponto Resolutivo nº 151 da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Favela Nova Brasília, da qual o Estado brasileiro foi notificado em 15 de maio de 2017.  
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Rio Grande do Norte

Incluídos na Pauta da 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

- 42) Proposição nº 1.01227/2021-78  
Requerente: Sandra Krieger Gonçalves  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Ministério Público e dispõe sobre a criação e manutenção, no âmbito do CNMP, de repositório online com dados de mulheres juristas brasileiras com expertise em diferentes áreas do Direito e que atuem em todas as áreas jurídicas – magistratura, Ministério Público, advocacia privada ou estatal, acadêmicas e servidoras públicas.  
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal
- 43) Conflito de Atribuições nº 1.01376/2021-82  
Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná  
Requerido: Procuradoria da República – Paraná  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público Federal. Conflito de atribuição. Inquérito Civil nº MPPR-0068.17.000313-8. Apuração de possíveis irregularidades no assentamento Jorge Amado, no Município de Iretama/PR, após compromisso firmado com o Banco da Terra.  
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Paraná

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2022

- 44) Reclamação Disciplinar nº 1.00711/2020-62 (Recurso Interno)  
Recorrente: Novo Porto Terminais Portuários Multicargas e Logística Ltda.  
Advogado: Cesar Lourenço Soares Neto – OAB/PR n.º 29201  
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Paraná.  
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Paraná
- 45) Sindicância nº 1.00732/2021-03 (Recurso Interno)  
Recorrente: Rejane Eire Fernandes Alves  
Advogada: Julia Dalge Montalverne Barreto – OAB/CE n.º 33685  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará  
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE n.º 40.495  
Objeto: Sindicância instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Ceará.  
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Ceará
- 46) Conflito de Atribuições nº 1.00854/2021-37  
Requerente: Procuradoria da República – Pernambuco  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. Ministério Público do Estado de Pernambuco. Conflito negativo de atribuições. Procedimento JF/STA/PE-0809277-93.2019.4.05.8300-INQ. Apuração de possível prática do crime de estelionato. Recebimento de valores em face de condenação em ação trabalhista. Possível envolvimento de serventuário da Justiça do Trabalho. Município de Floresta/PE.  
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Pernambuco
- 47) Conflito de Atribuições nº 1.00877/2021-97  
Requerente: Procuradoria da República – Amazonas  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Amazonas. Ministério Público do Estado do Amazonas. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.012661/2020-84. Apuração de possível ausência de políticas públicas destinadas à população indígena em razão da extrema discricionariedade conferida ao chefe do poder executivo por meio da nova redação conferida ao artigo 249, da Constituição do Estado do Amazonas, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil e da Lei Complementar Federal n.º 75/1993.  
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Amazonas

- 48) Reclamação Disciplinar nº 1.01119/2021-03 (Recurso Interno)  
Recorrente: Alessandro Batista Ranieri  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Pará
- 49) Conflito de Atribuições nº 1.01299/2021-05  
Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso do Sul  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuições. Procedimento JF/PPA/MS-5000021-58.2021.4.03.6005-INQ. Apuração de prática de uso de documento falso. Tentativa de retirada de cédulas de identidade (RG) na Delegacia de Polícia Civil do Município de Antônio João/MS.  
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Mato Grosso do Sul
- 50) Conflito de Atribuições nº 1.01406/2021-04  
Requerente: Ministério Público do Estado de Sergipe  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Ministério Público do Trabalho. Conflito de atribuições. Termo de Ajustamento de Conduta n.º 127/2003, firmado entre o Município de Itabaianinha e o Ministério Público do Trabalho.  
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Sergipe
- 51) Conflito de Atribuições nº 1.00082/2022-60  
Requerente: Procuradoria da República – Alagoas  
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Alagoas. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 1.11.000.000045/2022-69. Apuração de suposto abandono de ambulâncias do SAMU em depósito localizado em Rio Largo – AL.  
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Alagoas

- 52) Proposição nº 1.00171/2022-05  
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Enunciado. Uniformização do julgamento de Conflitos de Atribuição que digam respeito a instituições de ensino superior (a) caso a demanda verse sobre questões privadas relacionadas ao contrato de prestação de serviços firmado entre a instituição de ensino superior e o aluno, tais como inadimplemento de mensalidade, cobrança de taxas, desde que não se trate de mandado de segurança, e, (b) em caso de mandado de segurança ou de registro de diploma perante o órgão público competente ou mesmo credenciamento da entidade perante o Ministério da Educação (MEC).  
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (29/03/2022)

- 53) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00307/2020-06 (Recurso Interno)  
Recorrente: Membro do Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul  
Advogados: Fábio Medina Osório – OAB/RS n.º 64975; Rafael da Cas Maffini – OAB/RS n.º 44.404  
Recorrido: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul. Falsificação de documento público. Uso de documento falso. Atos de improbidade administrativa. Informações colhidas na Sindicância CNMP nº 1.00105/2018-69. Portaria CNMP-CN nº 001/2020.  
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Distrito Federal
- 54) Pedido de Providências nº 1.00373/2020-03 (Recurso Interno)  
Recorrente: Josinaldo Mariano da Silva  
Recorridos: Ministério Público do Estado da Paraíba; Norma Maia Peixoto Santos  
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Atuação. Supostas irregularidades. Processo que trata de convivência familiar. Promotoria da Infância e Juventude atuante na 3ª Vara de Família.  
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Paraíba
- 55) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00838/2020-72 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Associação Mineira do Ministério Público – AMMP  
Embargado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Requerimento de suspensão do desconto da contribuição previdenciária sobre determinadas parcelas. Recurso à Câmara de Procuradores de Justiça. Indeferimento. Incidência da contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de PAE e ATS e de restituição dos valores descontados. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Minas Gerais



- 56) Reclamação Disciplinar nº 1.00844/2020-00 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Advogado: Marcelo Ramos Peregrino Ferreira – OAB/SC n.º 12309  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Santa Catarina;  
Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Santa Catarina
- 57) Reclamação Disciplinar nº 1.00121/2021-84 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Embargado: Brian Epstein Campos  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.  
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Minas Gerais
- 58) Conflito de Atribuições nº 1.00284/2021-58 (Embargos de Declaração)  
Embargantes: Procuradoria da República – Bahia; Roberto D'Oliveira Vieira  
Embargados: Beneval Santos Mutim; Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição – PGR n.º 1.00.000.000413/2020-91. Possível ocorrência de crime praticado por cidadão português via mensagens de aplicativo de celular com reflexos no território brasileiro. Procuradoria da República em Vitória da Conquista. Promotoria Regional de Vitória da Conquista.  
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Bahia
- 59) Conflito de Atribuições nº 1.00481/2021-68  
Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Interessados: Lucas Aguilar Sette; Stefano Garcia da Silveira  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.019060/2020-01. Apuração de irregularidades na utilização do espaço do Aeroporto Municipal Olavo Cecco Rigon pelos membros do Aeroclube de Concórdia/SC para realização de paraquedismo, além de depositarem duas aeronaves no hangar do aeroporto.  
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Santa Catarina

- 60) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00664/2021-00  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Desconstituição de ato administrativo. Irregularidades na transformação de 107 (cento e sete) cargos de provimento efetivo de diversos níveis em 150 (cento e cinquenta) cargos em comissão de Assistente de Promotoria. Ausência de prévio concurso para a remoção dos cargos vagos pelas aposentadorias e exonerações de diversos servidores efetivos.  
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Paraná
- 61) Conflito de Atribuições nº 1.00886/2021-88  
Requerente: Procuradoria da República – Bahia  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR nº 1.14.004.000310/2019-61. Apuração de supostas irregularidades na execução do Programa Nacional Habitacional Rural – PNHR (Minha Casa, Minha Vida Rural), no Município de Conceição do Coité.  
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Bahia
- 62) Pedido de Providências nº 1.01104/2021-82  
Requerente: Vicente do Espírito Santo Azevedo Gandra  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Atuação. Procedimento 0024.19.014.960-9. Indeferimento de acesso aos autos pelo advogado. Reparação de danos sofridos por pessoa idosa e incapaz.  
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Minas Gerais
- 63) Reclamação Disciplinar nº 1.01283/2021-20 (Recurso Interno)  
Recorrente: Clessio Alves Sousa  
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado da Bahia.  
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Bahia
- 64) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01358/2021-09 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Andre Luis Alves de Melo  
Embargado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Revisão da decisão do Conselho Superior que determinou a continuidade do Procedimento Preparatório nº 0248.21.000017-5. Violação da independência funcional do Promotor de Estrela do Sul/MG. Indeferimento de sustentação oral.  
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Minas Gerais

- 65) Reclamação Disciplinar nº 1.01398/2021-89 (Recurso Interno)  
Recorrentes: Claudio Roberto Nunes Golgo; Nunes Golgo Sociedade de Advogados  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.  
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Mato Grosso
- 66) Notícia de Fato nº 1.01439/2021-09 (Recurso Interno)  
Recorrente: Antonio da Silva Pires  
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Informa suposta irregularidade na atuação funcional.  
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: São Paulo
- 67) Reclamação Disciplinar nº 1.01440/2021-52 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado do Amazonas  
Advogado: Daniel Cardoso Gerhard – OAB/MG n.º 101473  
Interessados: Sigiloso; Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Amazonas  
Advogado: Wellington de Amorim Alves – OAB/AM n.º 2993  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Amazonas.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Amazonas
- 68) Conflito de Atribuições nº 1.01469/2021-34  
Requerente: Procuradoria da República – Bahia  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 1.14.004.000600/2021-20. IC 1.14.006.000003/2012-94. Apuração de supostas irregularidades na distribuição de moradias populares custeadas pelo Programa de Habitação de Interesse Social (PSH) do Ministério das Cidades, no Conjunto Petronilo Dantas do Reis, no Município de Banzaê/BA, por intermédio da Caixa Econômica Federal.  
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Bahia
- 69) Conflito de Atribuições nº 1.00035/2022-06  
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Conflito negativo de atribuição. Autos n.º 0034217-57.2019.8.26.0114. Processo SEI 29.0001.0164780.2021-38. Atribuição para execução de acordo de não persecução penal.  
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: São Paulo

- 70) Reclamação Disciplinar nº 1.00056/2022-40  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo  
Advogados: Maria Eugenia Andrade de Liste – OAB/SP n.º 186188; Fernanda de Gomes Talarico – OAB/SP n.º 319247; Augusto Eduardo de Souza Rossini – OAB/SP n.º 92340  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Distrito Federal
- 71) Conflito de Atribuições nº 1.00071/2022-61  
Requerente: Procuradoria Regional da República/4ª Região – Porto Alegre  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 1.04.000.000249/2021-53. Apuração de possível ilícito penal em razão de comentários de cunho homofóbico realizados na rede social Instagram de Deputado Estadual de Santa Catarina.  
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Santa Catarina
- 72) Conflito de Atribuições nº 1.00081/2022-06  
Requerente: Procuradoria da República no Município de Foz do Iguaçu/PR  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 1.25.003.004429/2021-54. Apuração de eventual prática de irregularidades no procedimento licitatório (pregão eletrônico 147/2019) que culminou com a celebração do contrato 225/2019 com a empresa A.M. ABS EIRELI. Procuradoria da República no Município de Foz do Iguaçu. 6ª Promotoria de Foz do Iguaçu.  
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Paraná
- 73) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00099/2022-90  
Requerente: Athos Alexandre Camara Attie  
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins  
Objeto: Ministério Público do Estado do Tocantins. Concurso público para provimento de cargos de Promotor de Justiça. Alegação de irregularidades nos critérios para correção de prova discursiva. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Tocantins

- 74) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00102/2022-39  
Requerentes: Daniel Fellipe Dallarosa; Gustavo Henrique Lopes Fragoso; Jorge Jose Maria Neto  
Advogado: Maxwell Zambon – OAB/ES n.º 27110  
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins  
Objeto: Ministério Público do Estado de Tocantins. Concurso público para provimento de cargo de Promotor de Justiça. Fórmula de cálculo para pontuação na prova discursiva. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Tocantins
- 75) Conflito de Atribuições nº 1.00124/2022-35  
Requerente: Procuradoria da República – Pernambuco  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. Ministério Público do Estado de Pernambuco. Conflito negativo de atribuição. Procedimento Preparatório 1.26.008.000138/2021-18. Ofício da Cooperativa Boa Esperança, no qual se requer avaliação da Chamada Pública 004 SME/2019, da Prefeitura de Ipojuca, deflagrada para aquisição de produtos da agricultura familiar com recursos do PNAE.  
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Pernambuco
- 76) Conflito de Atribuições nº 1.00134/2022-80  
Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná  
Requerido: Procuradoria da República – Paraná  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuição. Procedimento Extrajudicial 1.25.000.005176/2020-85. Apuração de eventual omissão da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, em relação à adoção de medidas fitossanitárias para conter a disseminação de Covid-19 em veículos de transporte coletivo interestadual de passageiros.  
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Paraná
- 77) Conflito de Atribuições nº 1.00135/2022-33  
Requerente: Ministério Público do Trabalho  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuição. Procedimento instaurado em face do Município de Mata/RS, para investigar a regularidade na contratação de pessoal pelo ente público. Procuradoria do Trabalho no Município de Santa Maria.  
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Rio Grande do Sul

- 78) Conflito de Atribuições nº 1.00160/2022-07  
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Requerido: Procuradoria da República – Mato Grosso  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato SIMP nº 014891-001/2021. Dificuldade de acessibilidade no site "decolar.com" por parte de deficiente visual.  
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Mato Grosso
- 79) Conflito de Atribuições nº 1.00182/2022-03  
Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 1.30.001.000755/2022-23. Apuração de suposta fraude em concurso público, realizado em 2014, para provimento de cargos efetivos da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A – NUCLEP, tendo como organizadora a sociedade empresária BIO RIO Concursos.  
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Rio de Janeiro
- 80) Conflito de Atribuições nº 1.00185/2022-66  
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.29.002.000123/2021-90. Apuração de possível ato de improbidade administrativa praticada por agentes públicos integrantes do Banco do Brasil, lotados na agência de São José dos Ausentes/RS, encaminhando cópia de sentença criminal proferida pela Justiça da 7ª Vara Federal de Porto Alegre/RS, na ação penal nº 5044697-87.2015.4.04.7100/RS. Procuradoria da República no Município de Caxias/RS. Promotoria de Justiça de Bom Jesus/RS.  
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Rio Grande do Sul
- 81) Conflito de Atribuições nº 1.00194/2022-57  
Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Procedimento Preparatório nº 1.33.005.000172/2021-70. Apuração de ilícitos de extração de minerais, sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença da autoridade ambiental, imputados à pessoa jurídica GS Extração e Comércio de Areia Ltda. Município de Barra Velha/SC.  
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Santa Catarina

- 82) Anteprojeto de Lei nº 1.00198/2022-71  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Anteprojeto de Lei. Visa à transformação dos cargos efetivos vagos do CNMP em cargos em comissão.  
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Distrito Federal
- 83) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00201/2022-10  
Requerente: Eduardo Jose Falesi do Nascimento  
Advogado: Daniel Konstadinidis – OAB/PA n.º 9.167  
Requerido: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Corregedoria Geral. Portaria nº 002/2022-CGMP/PA. Instauração do Processo Administrativo Disciplinar 002/2022-CGMP/PA. Supostos maus tratos contra menor. Alegação de nulidade. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Pará
- 84) Conflito de Atribuições nº 1.00205/2022-35  
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Policial n.º 0000425-05.2021.8.26.0030. Apuração de possíveis crimes de estupro e estupro de vulnerável, ocorridos nas cidades de Bocaiúva do Sul/PR e Apiaí/SP.  
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Paraná
- 85) Conflito de Atribuições nº 1.00219/2022-02  
Requerente: Procuradoria da República – São Paulo  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Policial de nº 5008167-45.2021.4.03.6181. Apuração de suposto delito de estelionato. Contrato entre a sociedade empresarial REPRAM RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL LTDA. e o BANCO SAFRA. Informação falsa prestada por avalista.  
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: São Paulo

**ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS**  
**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público**